

LONGUE DURÉE: HISTÓRIA INDÍGENA E ARQUEOLOGIA

Ângelo Alves Corrêa

A pesquisa arqueológica não se faz com base no passado, mas a partir da relação dialética entre passado/presente e sujeito/objeto, a interpretação do passado sempre ocorre em função do presente (1; 2). Atualmente, a arqueologia é entendida como um modo particular de investigar a relação das pessoas com os seus passados, fonte de crítica e desafio para o presente (3; 4). Frente à crise da modernidade, a globalização e a dissolução das identidades nacionais, o passado como herança contribui para a construção de identidades e do sentimento de pertencimento aos lugares em face da universalização de costumes em larga escala, desenvolvimento econômico e destruição do meio ambiente (2; 5; 6).

Desse modo, a arqueologia se volta constantemente para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos visando entender o comportamento humano no presente e, assim, enriquecer e ampliar o conhecimento sobre as pessoas e seu passado (7-12). Contudo, para a maior parte do continente americano temos um descompasso entre os estudos arqueológicos e a construção de uma história que contemple a ascendência dos grupos indígenas.

O distanciamento entre arqueologia americana e história inicia-se no século XIX (13), evidenciado no Brasil pelo uso apenas da etnografia no estudo da trajetória dos grupos indígenas. As sociedades consideradas “sem Estado” foram estigmatizadas como “primitivas”, condenadas a uma eterna infância” (14), e por considerá-las paradas no tempo seu estudo não competiria à história, como deixou claro Varnhagem, já que para “tais povos na infância não há história: há só etnografia” (15). A arqueologia brasileira pós Segunda Guerra Mundial herda esta concepção, reforçada pelo conceito francês de pré-história, aplicado ao contexto de populações ágrafas (16). Assim, os grupos indígenas foram excluídos como protagonistas na história nacional e, mesmo quando foram elevados a modelos românticos de nacionalismo, só se considerou grupos extintos e idílicos, nunca conectando historicamente esse “passado glorioso” aos índios vivos. Essa concepção de isolar a trajetória das comunidades indígenas a um patamar a-histórico reflete uma “rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional” (16, p.33), condenando tais povos a não terem uma história. Mesmo quando estudos arqueológicos se vincularam aos pressupostos da antropologia, se pensou em uma antropologia de “sociedades frias” de Lévi-Strauss (17). No Brasil, essa situação levou inexoravelmente a uma dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, como se não fosse possível realizar nenhuma conexão entre estes e os seus antepassados responsáveis pelo registro arqueológico existente para o período pré-colonial.

Apenas recentemente essa situação começou a mudar com o uso, pela antropologia e arqueologia, de métodos da história (1;13), bem como, com a introdução – mesmo que tímida – de referên-

cias pré-colombianas em livros de história. Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial (16), reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana.

Essa mudança ocorre principalmente com os novos conceitos introduzidos pelos pós-processualistas, que trouxeram a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu e a *gramática generativa* de Noam Chomsky para trabalhos arqueológicos, substituindo a preocupação apenas com os processos e comportamentos para também considerar contingência e agência (13). Deste modo, percebeu-se que a história oferecia métodos tão úteis à antropologia quanto à arqueologia. A busca por maior rigor teórico nos estudos sobre interação, mudança social e cultural introduziu o conceito de *longue durée* de Braudel (18). Aplicado pela primeira vez em arqueologia por Lamberg-Karlovsky (19), para distinguir processos graduais cumulativos e períodos de alternância de forças que transformam a ordem social e cultural, levando à alteração social (20). Logo em seguida uma coletânea de trabalhos foi editada por Hodder (1), onde vemos diversos trabalhos com aplicação do viés histórico da longa duração. Hodder deixa claro que a arqueologia é fundamental para a construção de uma história profunda, pois traz uma perspectiva diferenciada no que diz respeito a questões de interação entre a cultura material e o mundo simbólico. Explicita, dessa forma, o papel histórico da cultura material através de sua permanência nas sociedades, por meio de processos como a difusão, aculturação e produção dos chamados *skeuomorphs* (1, p.1).

Apesar do conceito de longa duração ter sua base em mudanças estruturais, lentas, quase imperceptíveis (13), admite-se que tais mudanças são originadas de eventos específicos (curta duração de Braudel), oriundos da conjunção de atos dos indivíduos (13; 1). Esses eventos e indivíduos estão inseridos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social (história de média duração). Tais mudanças, em curto prazo, criam e reproduzem a longa duração (1), sendo o entendimento da interdependência entre a longa duração e a curta duração fundamental para análise arqueológica. Ao refletirmos sobre a participação dos indivíduos e eventos nessa estrutura evitamos um trabalho “muito estrutural” (21), apesar de reconhecer-se a estrutura como dominante dos problemas da longa duração (18).

No Brasil, o conceito de longa duração vem sendo aplicado para dar maior rigor teórico às pesquisas que buscam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais. A partir das décadas de 1970 e 80 trabalhos como os de Beltrão (22), Brochado (23), Scatamacchia (24), Wüst (25) iniciam uma perspectiva que reaproxima a arqueologia brasileira e as populações indígenas, originando, nas duas décadas seguintes, trabalhos que ampliaram essa proposta e buscaram maior embasamento no referencial teórico da história. Assim, trabalhos como os de Heckenberger (21), Noelli (26-27), Noelli e Dias (28), Neves (29; 30), Heckenberger e Neves (31) e Eremites de Oliveira (32), utilizam o referencial da “arqueologia como história de longa duração” (1, p.1) das populações in-

dígenas, partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais.

Entendemos os trabalhos que utilizam os pressupostos da *longue durée* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como *história indígena* (14). Aparentemente este movimento se origina por esforço e mérito das comunidades indígenas que, nas décadas de 1970 e 80, se organizaram nacionalmente. Tal mobilização levou a sensíveis alterações no texto da Constituição de 1988, “que abandona as metas e o jargão assimilacionista e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores” (14, p.17). Contudo, reconhecemos que “uma história propriamente indígena ainda está por ser feita” (14, p.20), e a maior das dificuldades para sua realização consiste na adoção de um “ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte”.

Deste modo, almejando perseguir deliberadamente as conotações etnográficas dos vestígios arqueológicos devemos entender os resultados obtidos pela arqueologia pré-colonial americana como história de longa duração das populações indígenas atuais, como vislumbrado por Brochado (23, p.1) e desenvolvido por Neves (29;30), Noelli (26; 27), Noelli e Dias (28), Heckenberger (21; 33), Heckenberger e Neves (31), Hodder (1), Eremites de Oliveira (32), Bospalez (34), Scatamacchia (24) e Wüst (25). A arqueologia, nesta perspectiva, possibilita a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração (34), resultando em uma história cultural dos povos indígenas.

Arqueologia enquanto história indígena pressupõe aportes de outras áreas do conhecimento como a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etno-história de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança (223; 26; 33; 35; 36), ou seja, processos históricos de longa duração. Permite ainda que, através da etnologia e etno-história, se busque evitar o essencialismo da relação entre cultura material, língua e etnicidade, já que permitem perceber os grupos étnicos como muito mais fluidos e dinâmicos culturalmente (37, p.52).

Grande número de trabalhos no Brasil aplicaram dados oriundos da antropologia e etnologia para compor seus modelos de forma implícita ou explícita (e.g. 23; 25-26; 29; 39-41). As conclusões e descrições sobre os grupos indígenas presentes nos trabalhos antropológicos e etnológicos têm permitido maior relacionamento/dialética no estudo tanto da cultura material presente no registro arqueológico como para explicar a sua variabilidade/continuidade e dispersão/concentração. Permitindo entendê-los como oriundo de características socioculturais específicas, também oriundas de processos específicos. Como indicado por alguns trabalhos antropológicos (e.g. 42-44) parece ser uma via de mão dupla, visto que conclusões da arqueologia também têm contribuído com alguns desses trabalhos, onde

“a trajetória da arqueologia vem contribuindo para alargar os horizontes, deslocando o foco das considerações ideológicas, mas sem as perder de vista, para as relações sociais. Do mesmo modo, abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (45, p.244). A contextualização é, aliás, o motor da análise proposta: se existe um contexto conceitual, que remete ao universo mental do criador (à manipulação tecnológica de materiais; às escolhas de produção), existe igualmente um contexto físico, que se refere a uma nova ordem espacial e temporal em que o objeto se associa a outros objetos e a um mundo social. Centralizar a análise em objetos em movimento em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo” (45, p.268).

A etnoarqueologia, ao trabalhar com sociedades contemporâneas, busca dados etnográficos visando responder problemas de interesse arqueológico (11). Resulta do emprego, por parte dos arqueólogos, de informações etnográficas em suas interpretações. Mais do que evidenciar analogias, ela se constitui em um instrumento para verificar “possíveis variabilidades e mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo” (10, p.25; 11).

Nessa perspectiva, trabalhos com viés etnoarqueológico realizados (e.g. 10; 29; 46-48) têm permitido entender melhor os mecanismos de transmissão e manutenção dos etnoconhecimentos entre as gerações, como se processa a ocupação, exploração e transformação dos territórios e a continuidade e mudança nas tecnologias de produção dos artefatos (11).

Assim como temos a associação entre a etnografia e arqueologia, configurou-se, a partir da etnografia e história, a denominada etno-história (49). Conceituada como método por Trigger (50), a etno-história, essencialmente interdisciplinar, concatena dados históricos e etnográficos, produzindo sínteses que, em teoria, deveriam permitir entender uma cultura em seus próprios termos. Essa forma de pesquisa interdisciplinar muito contribuiu para o entendimento da dinâmica das populações indígenas americanas desde sua criação. Contudo, atualmente, sofre com a crise da pós-modernidade sendo apontada como pernicioso por fazer distinção entre a “história indígena” e a “história geral” (51). Com isso aponta-se para um novo direcionamento, denominado de antropologia histórica (ou antro-história), possibilitando novo fôlego, mas com a continuidade de certos aspectos metodológicos (49). Na verdade o que parece estar acontecendo é que as preocupações dos etno-historiadores agora se tornaram corriqueiras de estudos em antropologia e história, não viabilizando sua individualização.

Os estudos etno-históricos, voltados a recuperar informações sobre sociedades não mais existentes ou muito alteradas, se fazem preponderantemente por meio da consulta à documentação escrita e/ou oralidade – história oral, mitos, genealogias etc (50; 52-53). Se

**FAZER HISTÓRIA
INDÍGENA DE
LONGA DURAÇÃO
ENVOLVE COLIGIR
RESULTADOS DE
UM GRANDE
NÚMERO DE
DISCIPLINAS**

realizados de forma criteriosa, preocupando-se com os vieses presentes em toda documentação, permitem acesso a importantes informações sobre tais sociedades, bem como compreender os processos transformadores que separam a situação atual das populações indígenas e os vestígios arqueológicos deixados por seus ascendentes.

Fazer história indígena de longa duração envolve coligir resultados de um grande número de disciplinas, visto que cada especialidade contribui com elementos fundamentais para um entendimento menos essencialista e mais relacional/dialético de nosso objeto. Torna-se basal que hipóteses arqueológicas devam ser enriquecidas com dados históricos, linguísticos e etnográficos. Portanto, deve-se dedicar especial atenção aos resultados obtidos nessas disciplinas visando uma melhor compreensão dos processos históricos que trouxeram as populações indígenas até a situação hodierna.

No entanto, tentar empregar a linguística ou a etnografia para melhorar nossa compreensão do passado, ou a arqueologia e a história para entender o presente, pode não ser a melhor solução, como ressaltado por Heckenberger:

“Trata-se, ainda mais, de tentar revelar e relacionar padrões relevantes, visíveis em níveis analíticos diferentes (ou seja, relativos a escalas espaço-temporais variáveis), buscando entender história e cultura num sentido holístico; em outras palavras, trata-se de criar um diálogo conceitual entre modos diversos de pensar a história” (21, p.25).

A concatenação dos resultados das pesquisas dessas disciplinas deve ser realizada a partir de um intercâmbio aberto (21, p.25), visando reconstruções históricas compreensíveis tanto do ponto de vista de uma historiografia tradicional ou das mentalidades. Assim,

“padrões culturais relevantes são reconstruídos em vários momentos ao longo de um *continuum* histórico-cultural (‘fatias de tempo’), isto é, compreendendo o ‘sistema’ (ou partes significativas deste) em diferentes pontos do tempo e do espaço, e ligando-os concretamente para revelar traços comuns, que refletem não apenas a existência de uma continuidade entre aspectos desarticulados da cultura, mas fundamentalmente os princípios estruturais ou a ordem cultural subjacente – uma unidade de sentido organizada em torno de esquemas culturais típicos (conforme Ortner, 1990:60). De qualquer maneira, este tipo de estudo é topológico, e depende de nossa habilidade em identificar elementos que reflitam diretamente a continuidade cultural (estabilidade estrutural) ou a mudança (transformação estrutural)” (21, p.25).

Entendemos que este *continuum* histórico, entre o passado recuado e a realidade atual dos grupos indígenas, possa ser melhor alcançado ao se considerar os resultados das pesquisas arqueológicas, linguísticas, etnológicas e históricas. Consorciar os resultados dessas disciplinas é o desafio perseguido nas pesquisas que almejam uma construção histórica de longa duração para as populações indígenas.

Ângelo Alves Corrêa é mestre em arqueologia, doutorando em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).

Referências bibliográficas

- Hodder, I. *Archaeology as long-term history*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009 [1987].
- Hodder, I. “Interpretive archaeology and its role”. In: *Theory and practice in archaeology*. London: Routledge. 1992.
- Hodder, I. “Archeological reflexivity and the ‘local’ voice”. In: *Anthropological quarterly*, v. 76, nº.1, pp. 55-69. 2003.
- Price, T.D. & Feinman, G.M. “The archaeology of the future”. In: *Archaeology at the millenium*. Feinman, Gary M. & Price, T. Douglas (Ed). New York: Springer, pp. 475-495. 2007.
- Condori, C.M. *History and prehistory in Bolivia: what about the indians? Conflict in the archaeology of living traditions*. London, Routledge. 1994.
- Jackson, G.; Smith, C. “Living and learning on aboriginal lands: decolonizing archaeology”. In: Smith, C.; Wobst, M. (Eds.) *Indigenous archaeologies*. London, Routledge: 328-351. 2005.
- David, N. & Kramer, C. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge, Cambridge University Press. Pp.1-32. 2001.
- Zedeño, M.I. “Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from pueblo an southwest”. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4(1):63-103. 1997.
- Neves, E.G. “Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian”. In: Silverman, H.; Isbell, W. (Eds.). *Handbook of South American archaeology*. New York: Springer. p. 359-379. 2008.
- Silva, F.A. “As tecnologias e seus significados. Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica”. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo. 2000b.
- Silva, F.A. “Arqueologia e etnoarqueologia na aldeia Lalima e na terra indígena Kayabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 205-219. 2009.
- Green, L.F.; Green, D.R. & Neves, E.G. “Indigenous knowledge and archaeological science”. *Journal of Social Archaeology*, 3(3):366-398. 2003.
- Langebaek, C.H. “Historia y arqueología. Encuentros y desencuentros”. *Historia Crítica*, Colombia, nº 27, p.111-124. 2005.
- Carneiro da Cunha, M. “Introdução a uma história indígena”. In: Carneiro da Cunha, M. (Ed.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1992. p.11.
- Varnhagen, F.A. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 1978 [1854]. p.30.
- Barreto, C. “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia brasileira”. *Rev. USP*, São Paulo, Vol.44, nº 1, pp.32-51. 1999/2000.
- Lévi-Strauss, C. *The savage mind*. Weidenfeld and Nicolson, London. 1962.
- Braudel, F. “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E.S.C*, Vol.4, pp.725-753. 1958.

19. Lamberg-Karlovsky, C. The longue durée of the ancient Near East. J.-L. Huot; M. Yon; Y. Calvet (Eds.) *De l'Indus aux Balkans, recueil Jean Deshayes*. Paris, Editions Recherche sur les civilisations: 55-72. 1985.
20. Trigger, B.G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo. Odysseus Editora. 2004. p.323.
21. Heckenberger, M. "Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue durée*, 1000-2000 d.C". In: Franchetto, B.; Heckenberger, M.B. (Eds.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 21-62. 2001.
22. Beltrão, M.C.M.C. & Faria, E.G. "Acampamento Tupi-Guarani para coleta de moluscos". Separata da *Rev. do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. XIX. São Paulo. 1970/1971.
23. Brochado, J.J.J.P. "An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America". Tese de doutorado, University of Illinois, Urbana, 574pp. 1984.
24. Scamacchia, M.M. "A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas". Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo. 1990.
25. Wüst, I. "Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso". São Paulo: Tese de doutorado (antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. 1990.
26. Noelli, F.S. "Sem Tekohá não há Teko. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e suas aplicações a uma área de domínio do delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul". Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.
27. Noelli, F.S. "La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani". *Rev. de Índias*, vol LXIV, nº 230, pags. 17-34. 2004.
28. Noelli, F.S. & Dias, A. "Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani". *Rev. do CEPA*, 19 (22): 7-32. 1995.
29. Neves, E.G. "Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the northwest Amazon". Tese de doutorado. Indiana University, Estados Unidos. 1998a.
30. Neves, E.G. "Arqueologia história indígena e o registro etnográfico". *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3*: 319-330. 1999.
31. Heckenberger, M. & Neves, E. "Amazonian archaeology". In. *Rev. Anthropol.* Vol. 38, 251-266. 2009.
32. Eremites de Oliveira, J. "Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal". *Rev. de Arqueologia*, 16: 71-86. São Paulo: SAB. 2003.
33. Heckenberger, M. *The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000*. New York: Routledge. 2005.
34. Bsepalez, E. "Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional". Dissertação de mestrado. MAE/USP. São Paulo. 2009.
35. Heckenberger, M.; Neves, E. & Petersen, J. "De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central". *Rev. de Antropologia*, 41(1): 69-98. 1998.
36. Noelli, F.S. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". *Rev. de Antropologia* 39 (2):7-53. 1996.
37. Jones, S. *The archeology of ethnicity*. London: Routledge. 1997.
38. Hill, J.D. & Santos-Granero, F. (Ed). *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press. 2002.
39. Lathrap, D. *The upper Amazon*. London: Thames & Hudson. 1970a.
40. Meggers, B. J. *Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise*. Aldine, Chicago, 1971.
41. Wüst, I. & Carvalho, H.B. "Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: A análise espacial do Sítio Guará 1(GO-NI-100), Goiás". *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 47-81. 1996.
42. Fausto, C. "Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu". *Rev. de Estudos e Pesquisas, Funai*, Brasília, v.2, nº 2, p. 9-51. 2007.
43. Fausto, C. & Heckenberger, M. (ed). "Time and memory in indigenous Amazonia". *Anthropological Perspectives*. University Press of Florida; 1st edition. 2007.
44. Viveiros de Castro, E.B. "Amazônia pré-Cabral". *Ciência Hoje*, v. 34, p. 11-12. 2003.
45. Rede, M. "História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.4 p.265-82. 1996.
46. Silva, F.A.; Bsepalez, E.; Stuchi, F. F.; Pouget, F. C. "Arqueologia, etnoarqueologia e história indígena. Um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kaibi e a aldeia Lalima". *Relatório Científico Fapesp*, São Paulo, SP. 120 p. 2008.
47. Politis, G.G. "Amazonian foragers: the last survivors or the first to succeed?". In: C. McEwan; E. G. Neves; C. Barreto. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, pp.26-49. 2001.
48. Stuchi, F.F. "A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA). História indígena e etnoarqueologia". Relatório de qualificação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2008.
49. Chaves, K.K. "Ethnohistory: from inception to postmodernism and beyond". *Historian*. Vol. 70, (3). 2008.
50. Trigger, B.G. "Ethnohistory: problems and prospects," *Ethnohistory* 29. 1982.
51. Merrell, J.H. "Some thoughts on colonial historians and american indians". *The William and Mary Quarterly* 46: 115. 1989.
52. Trigger, B.G. "Ethnohistory: the unfinished edifice". *Ethnohistory*, vol. 33, nº 3, Duke University Press pp.253-267. 1986.
53. Santamaría, D.J. "La historia, la ethnohistoria y una sugerencia de los antropólogos". *Desarrollo Económico*, vol. 25, nº 99. Instituto de Desarrollo Económico y Social. pp. 465-472. 1985.